

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	4.263.255	4.162.801
1.01	Ativo Circulante	290.705	279.168
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	79.605	27.779
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	79.605	27.779
1.01.02	Aplicações Financeiras	56.987	83.904
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	56.987	83.904
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	56.987	83.904
1.01.03	Contas a Receber	117.523	129.371
1.01.03.01	Clientes	117.523	129.371
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.999	1.563
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.999	1.563
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.289	1.444
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	4.289	1.444
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.302	35.107
1.01.08.03	Outros	30.302	35.107
1.01.08.03.01	Outros créditos	20.028	22.468
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	230	784
1.01.08.03.04	Seguros a receber	10.044	11.855
1.02	Ativo Não Circulante	3.972.550	3.883.633
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.301.308	1.213.196
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.301.308	1.213.196
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	36.649	36.668
1.02.01.10.10	Partes relacionadas	1.264.659	1.176.528
1.02.03	Imobilizado	67.640	72.658
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	67.640	72.658
1.02.04	Intangível	2.603.602	2.597.779
1.02.04.01	Intangíveis	2.603.602	2.597.779

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	4.263.255	4.162.801
2.01	Passivo Circulante	291.024	338.180
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.077	9.014
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.077	9.014
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	8.077	9.014
2.01.02	Fornecedores	27.392	56.937
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.392	56.937
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	24.194	56.389
2.01.02.01.03	Fornecedores - FIDC	3.198	548
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.237	92.015
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.237	92.015
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56.173	70.875
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	18.064	21.140
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.808	110.963
2.01.04.02	Debêntures	103.808	110.963
2.01.04.02.01	Debêntures	103.808	110.963
2.01.05	Outras Obrigações	72.348	64.013
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.504	19.669
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	17.587	17.651
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.917	2.018
2.01.05.02	Outros	52.844	44.344
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.170	2.562
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	6.579	4.928
2.01.05.02.09	Acordo de não persecução cível - ANPC	22.037	22.717
2.01.05.02.10	Juros sobre o capital próprio a pagar	10.526	2.377
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	11.532	11.760
2.01.06	Provisões	5.162	5.238
2.01.06.02	Outras Provisões	5.162	5.238
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	5.162	5.238
2.02	Passivo Não Circulante	3.380.075	3.328.208
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.195.023	3.129.418
2.02.01.02	Debêntures	3.195.023	3.129.418
2.02.01.02.01	Debêntures	3.195.023	3.129.418
2.02.02	Outras Obrigações	118.093	132.096
2.02.02.02	Outros	118.093	132.096
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	36.729	32.150
2.02.02.02.07	Acordo de não percecusão cível - ANPC	74.596	93.578
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	6.768	6.368
2.02.03	Tributos Diferidos	17.383	19.823
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.383	19.823
2.02.04	Provisões	49.576	46.871
2.02.04.02	Outras Provisões	49.576	46.871
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	14.705	14.667
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	34.871	32.204
2.03	Patrimônio Líquido	592.156	496.413

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	193.375
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	132.866
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	228.609	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	510.115	999.996	459.666	914.940
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-232.451	-441.152	-188.674	-337.323
3.03	Resultado Bruto	277.664	558.844	270.992	577.617
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.271	-68.262	-27.345	-60.495
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.293	-68.451	-27.349	-60.650
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	22	189	4	155
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	22	189	4	155
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	243.393	490.582	243.647	517.122
3.06	Resultado Financeiro	-66.112	-128.129	-53.173	-126.183
3.06.01	Receitas Financeiras	47.966	96.330	42.071	70.559
3.06.02	Despesas Financeiras	-114.078	-224.459	-95.244	-196.742
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	177.281	362.453	190.474	390.939
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.340	-117.354	-62.020	-127.640
3.08.01	Corrente	-57.796	-119.794	-61.197	-127.052
3.08.02	Diferido	456	2.440	-823	-588
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	119.941	245.099	128.454	263.299
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	119.941	245.099	128.454	263.299
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,457	0,93388	0,48944	1,00323

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	119.941	245.099	128.454	263.299
4.03	Resultado Abrangente do Período	119.941	245.099	128.454	263.299

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	489.867	514.302
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	685.327	664.836
6.01.01.01	Lucro líquido do período	245.099	263.299
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	169.162	99.121
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	104	147
6.01.01.05	Capitalização de juros	-12.007	-15.629
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	224.309	199.925
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.108	7.250
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	3.417	5.146
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-2	-3.346
6.01.01.10	Obrigações com poder concedente	14.049	12.976
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-841	-765
6.01.01.12	Tributos diferidos	-2.440	588
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	119.794	127.052
6.01.01.18	Juros ativos - Debêntures privadas	-88.131	-38.182
6.01.01.19	Atualização monetária acordo não persecução cível-ANPC	6.706	7.254
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-195.460	-150.534
6.01.02.01	Clientes	11.850	-6.866
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-436	-639
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-2.845	-4.314
6.01.02.04	Depósitos judiciais	860	34
6.01.02.05	Outros créditos	4.251	-7.803
6.01.02.06	Fornecedores e FDIC	-29.545	-13.747
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-937	-605
6.01.02.08	Partes relacionadas	389	3.779
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-3.076	-1.897
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-3.441	-4.469
6.01.02.11	Pagamento de provisão para manutenção	-3.455	-4.521
6.01.02.12	Pagamento de obrigações com poder concedente	-14.441	-13.225
6.01.02.13	Outras contas a pagar	6.230	18.049
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-134.496	-88.980
6.01.02.15	Pagamento acordo de não persecução cível - ANPC	-26.368	-25.330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-122.684	-956.902
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-4.414	-4.707
6.02.02	Aquisição de intangível	-145.187	-125.222
6.02.03	Aplicações financeiras	26.917	223.027
6.02.08	Partes relacionadas - debêntures privada	0	-1.050.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-315.357	145.694
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-141.207	-238.615
6.03.02	Pagamento de debêntures e arrendamentos	-8.291	-905.272
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-165.859	-105.376

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.04	Captação de debêntures	0	1.394.957
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	51.826	-296.906
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.779	394.955
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	79.605	98.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	193.375	0	0	496.413
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	193.375	0	0	496.413
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-132.866	-16.490	0	-149.356
5.04.06	Dividendos	0	0	-132.866	0	0	-132.866
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.490	0	-16.490
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.099	0	245.099
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.099	0	245.099
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	228.609	0	592.156

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	102.682	0	0	405.720
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	102.682	0	0	405.720
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-42.173	-196.689	0	-238.862
5.04.06	Dividendos	0	0	-42.173	-181.724	0	-223.897
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.965	0	-14.965
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	263.299	0	263.299
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	263.299	0	263.299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	66.610	0	430.157

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	1.081.776	990.014
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	898.396	829.851
7.01.02	Outras Receitas	38.194	35.213
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	145.186	124.950
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-314.731	-272.399
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-252.073	-217.309
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.670	-54.593
7.02.04	Outros	-988	-497
7.03	Valor Adicionado Bruto	767.045	717.615
7.04	Retenções	-169.162	-99.121
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-169.162	-99.121
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	597.883	618.494
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	96.519	70.714
7.06.02	Receitas Financeiras	96.330	70.559
7.06.03	Outros	189	155
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	189	155
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	694.402	689.208
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	694.402	689.208
7.08.01	Pessoal	26.436	26.455
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.577	19.502
7.08.01.02	Benefícios	5.537	5.782
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.322	1.171
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	198.146	202.217
7.08.02.01	Federais	151.548	159.215
7.08.02.03	Municipais	46.598	43.002
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	224.721	197.237
7.08.03.01	Juros	146.709	127.602
7.08.03.02	Aluguéis	262	495
7.08.03.03	Outras	77.750	69.140
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	245.099	263.299
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	16.490	14.965
7.08.04.02	Dividendos	0	181.724
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	228.609	66.610

Comentário do Desempenho

Ecovias Imigrantes anuncia os resultados do 2T26

São Bernardo do Campo - SP, 30 de julho de 2026 – A Ecovias Imigrantes anuncia seu resultado referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026 (2T26). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2025 (2T25).

* Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Companhia

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias Imigrantes" ou "Companhia") opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao Porto de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,9 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 72 milhões de veículos equivalentes pagantes, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo.

A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

A Ecovias Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001. Adicionalmente, a EcoRodovias possui outras empresas certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e em saúde e segurança do trabalho (ISO 45001), além de outras concessionárias de rodovias com a certificação de Segurança Viária (ISO 39001).

A Ecovias Imigrantes conquistou pela primeira vez a certificação de Segurança Viária – ISO 39001 em julho de 2018 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A certificação atesta que a concessionária opera com excelência o Sistema Anchieta-Imigrantes, estabelecendo ações de segurança no trânsito, com o objetivo de reduzir o número de acidentes nas estradas, bem como o número de feridos e vítimas fatais. A concessão foi umas das primeiras concessionárias do Brasil a receber esse tipo de certificação.

Destaques operacionais e financeiros

- O volume de tráfego atingiu 18.391 mil veículos equivalentes pagantes no 2T26 (+6,1%).
- A receita líquida atingiu R\$510,1 milhões no 2T26 (+11,0%). A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$425,7 milhões no 2T26 (+11,2%).
- O EBITDA ajustado² totalizou R\$328,5 milhões no 2T26 (+10,6%) e a margem EBITDA ajustada², 77,2%.

Comentário do Desempenho

Destaques (Em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Volume de tráfego ¹	18.391	17.340	6,1 %	36.984	35.811	3,3 %
Tarifa Média (R\$)	24,31	23,12	5,1 %	24,29	23,17	4,8 %
Receita Líquida	510,1	459,7	11,0 %	1.000,0	914,9	9,3 %
EBITDA Ajustado ²	328,5	297,1	10,6 %	662,2	620,3	6,8 %
Margem EBITDA Ajustada ²	77,2 %	77,6 %	-0,4 p.p.	77,5 %	78,5 %	-1,0 p.p.
Capex	96,5	91,1	5,9 %	165,1	150,1	10,0 %

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Análise do resultado

Volume de tráfego

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Leves	8.608	8.256	4,3 %	18.407	18.117	1,6 %
Pesados	9.783	9.084	7,7 %	18.577	17.694	5,0 %
Total	18.391	17.340	6,1 %	36.984	35.811	3,3 %

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes foi de 18.391 mil no 2T26, aumento de 6,1% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Veículos Leves – aumento de 4,3% no 2T26, devido, principalmente, às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados.

Veículos Pesados – aumento de 7,7% no 2T26, devido, principalmente, ao aumento das exportações de açúcar.

Tarifa média

Tarifa média (Em R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Ecovias Imigrantes	24,31	23,12	5,1%	24,29	23,17	4,8 %

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 5,1% no 2T26.

Em julho/25, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Companhia com aumento de 5,32% referente à variação do IPCA e adicionalmente, o acréscimo de R\$0,10 (dez centavos) às tarifas, por praça de pedágio, autorizado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), para a mitigação de desequilíbrios econômico-financeiros.

Comentário do Desempenho

Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$550,9 milhões no 2T26, aumento de 11,1%, devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajuste das tarifas de pedágio e aumento da receita de construção.

Receita Bruta (Em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Receitas de Pedágio	447,0	401,0	11,5 %	898,4	829,9	8,3 %
Receitas Acessórias	19,5	18,2	6,8 %	38,2	35,2	8,5 %
Receita de Construção	84,4	76,8	9,9 %	145,2	125,0	16,2 %
Total	550,9	496,1	11,1 %	1.081,8	990,0	9,3 %

- ✓ **Receitas de Pedágio** – aumento de 11,5% no 2T26, em função do crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio.
- ✓ **Receitas Acessórias** – aumento de R\$1,2 milhão no 2T26, devido aos reajustes dos contratos de arrendamento de áreas.
- ✓ **Receita de Construção** – aumento de 9,9% no 2T26, devido ao maior volume de obras contratuais no período.

Custos e despesas operacionais

Custos e Despesas Operacionais (Em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Pessoal	12,9	14,0	(7,9)%	26,4	26,5	(0,1) %
Conservação e manutenção	9,3	10,1	(7,7)%	16,9	20,2	(16,5) %
Serviços de terceiros	59,8	45,8	30,5%	119,0	92,5	28,7 %
Seguros, poder concedente e locações	8,8	8,0	9,7%	17,7	16,4	7,6 %
Outros	6,4	7,7	(17,2)%	12,8	14,3	(10,6) %
Custos caixa	97,2	85,7	13,4%	192,8	169,9	13,5 %
Depreciação e amortização	83,9	50,3	66,8%	169,2	99,1	70,7 %
Provisão para manutenção	1,2	3,2	(62,4)%	2,5	4,0	(38,1) %
Custo de construção de obras	84,4	76,8	9,9%	145,2	125,0	16,2 %
Total	266,7	216,0	23,5%	509,7	398,0	28,1 %

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$266,7 milhões no 2T26 (+23,5%), devido, principalmente, ao incremento dos custos com depreciação e amortização, ao aumento dos gastos com consultoria administrativa (serviços de terceiros), prestados pela Ecorodovias Concessões e Serviços (ECS), e ao incremento nos custos de construção, em função do maior volume de obras contratuais no período. **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$97,2 milhões, aumento de 13,4% em relação ao 2T25.**

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção foi de R\$328,5 milhões no 2T26 (+10,6%), com margem EBITDA ajustada³ de 77,2%.

EBITDA						
(Em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Lucro líquido	119,9	128,5	(6,7)%	245,1	263,3	(6,9) %
Depreciação e amortização	83,9	50,3	66,8%	169,2	99,1	70,7 %
Resultado Financeiro	66,1	53,2	24,2%	128,1	126,2	1,5 %
Imposto de renda e contribuição social	57,3	62,0	(7,6)%	117,4	127,6	(8,0) %
EBITDA ¹	327,3	293,9	11,4%	659,8	616,2	7,1 %
Provisão para manutenção ²	1,2	3,2	(62,5)%	2,5	4,0	(37,5) %
EBITDA Ajustado ³	328,5	297,1	10,6%	662,2	620,3	6,8 %
Margem EBITDA Ajustada ³	77,2 %	77,6 %	-0,4 p.p.	77,5 %	78,5 %	-1,0 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM 156/2022.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 2T26 foi negativo em R\$66,1 milhões, aumento de 24,2%, impactado, principalmente, pelo incremento da variação monetária sobre debêntures, parcialmente compensado pelo aumento dos juros ativos sobre debêntures privadas.

Resultado Financeiro						
(Em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Juros sobre debêntures	(78,3)	(76,9)	1,8 %	(157,8)	(142,1)	11,1 %
Juros sobre arrendamentos	(0,5)	(0,7)	(28,6) %	(0,9)	(1,1)	(19,2) %
Juros ativos sobre debêntures privada	44,3	38,2	16,0 %	88,1	38,2	130,8 %
Variação monetária sobre debêntures	(34,6)	(18,5)	87,0 %	(62,1)	(52,2)	19,1 %
Amortização de custos sobre debêntures	(1,7)	(1,7)	— %	(3,5)	(4,5)	(23,4) %
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(0,5)	(0,9)	(44,4) %	(0,9)	(1,1)	(17,6) %
Receitas de aplicações financeiras	3,0	3,4	(11,8) %	7,0	31,5	(77,8) %
Outros efeitos financeiros	2,2	3,9	(43,6) %	2,0	5,2	(61,8) %
Total	(66,1)	(53,2)	24,2 %	(128,1)	(126,2)	1,5 %

Lucro líquido

O lucro líquido totalizou R\$119,9 milhões no 2T26, redução de 6,7% em relação ao 2T25.

Comentário do Desempenho

Endividamento

A Ecovias Imigrantes encerrou junho de 2026 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$136,6 milhões e dívida bruta (composta por debêntures) de R\$3.298,8 milhões. A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$3.162,2 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 2,3x. Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Nota Explicativa nº 12 nas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2026.

Endividamento (Em milhões de R\$)	30/06/2026	31/12/2025	Var.
Curto prazo	103,8	111,0	(6,4)%
Debêntures	103,8	111,0	(6,4) %
Longo prazo	3.195,0	3.129,4	2,1 %
Debêntures	3.195,0	3.129,4	2,1 %
Dívida Bruta	3.298,8	3.240,4	1,8 %
Caixa e equivalentes de caixa + Aplic. Financeiras	136,6	111,7	22,3 %
Dívida Líquida	3.162,2	3.128,7	0,0 %

Capex

O capex realizado pela Ecovias Imigrantes totalizou R\$96,5 milhões no 2T26. Os principais investimentos realizados foram em obras contratuais.

CAPEX (Em milhões de R\$)	2T26			1S26		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias Imigrantes	94,7	1,8	96,5	161,6	3,5	165,1

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 23 de abril de 1998, e tem por objeto social realizar sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limite do Contrato de Concessão do Sistema Anchieta-Imigrantes. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, assinado em 27 de maio de 1998, possui prazo final em 11 de fevereiro de 2034. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Bairro Jardim Represa, no município de São Bernardo do Campos - SP. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a M.g.M.b. Sorgente S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 dezembro 2025 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 dezembro 2025"), publicadas no dia 18 de março de 2026 no jornal Diário do Grande ABC (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm e www.ecorodovias.com.br.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

Em 29 de julho de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas Informações Trimestrais.

Os conselheiros têm, na data de aprovação das informações trimestrais, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações trimestrais.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2026, e concluiu que não tem impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Administração avaliou as estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Nos períodos de três e seis meses

Notas Explicativas

findos em 30 de junho de 2026, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	2.287	2.921
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	76.285	19.963
Aplicações automáticas (b)	1.033	4.895
	<u>79.605</u>	<u>27.779</u>

- (a) Em 30 de junho de 2026 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 52,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 48,0% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 80,8% aplicações em Cotas de Fundos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,4% em 30 de junho de 2026 (102,7% em 31 de dezembro de 2025) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

O aumento na rubrica "caixa e equivalentes de caixa" deve-se principalmente a realocação de valores da rubrica "aplicações financeiras".

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2026	31/12/2025
Cotas fundo - BTG CDB Plus (a)	27.107	82.637
Cotas Fundo - BTGP TESOUREIRO (a)	28.448	-
Cotas fundo - FIDC_ECO (b)	1.432	1.267
	<u>56.987</u>	<u>83.904</u>

- (a) Em 30 de junho de 2026, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I, CDB Plus e BTGP TESOUREIRO), remunerados à taxa média ponderada de 101,4% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2025), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.

- (b) Em 30 de junho de 2026, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerados à taxa média ponderada de 101,4% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2025), vinculados ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o

Notas Explicativas

fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas informações trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 30 de junho de 2026, o valor antecipado em favor dos fornecedores é de R\$3.198.

A redução na rubrica "aplicações financeiras" deve-se principalmente a realocação de valores para a rubrica "caixa e equivalentes de caixa".

7. CLIENTES

A composição está assim representada:

	30/06/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico	107.529	116.166
Receitas acessórias	3.470	3.278
Outras contas a receber	6.622	10.027
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(98)	(100)
	<u>117.523</u>	<u>129.371</u>

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	117.488	129.287
Vencidos:		
Até 30 dias	25	99
De 31 a 90 dias	25	11
De 90 a 120 dias	1	2
Acima de 120 dias	82	72
	<u>117.621</u>	<u>129.471</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	(100)	(4.564)
Valores recuperados	30	188
Valores baixados	-	3.355
Constituição de PECLD	(28)	(197)
Saldo no fim do período	<u>(98)</u>	<u>(1.218)</u>

Notas Explicativas

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	30/06/2026	31/12/2025
<u>Natureza</u>		
Cível	8.841	8.920
Tributário	5.537	5.395
Trabalhista	3.464	3.558
Desapropriações	20	20
Órgão Regulador	18.787	18.775
	<u>36.649</u>	<u>36.668</u>

Em 30 de junho de 2026, não houve alterações significativas em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

9. IMOBILIZADO

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	25,0	-	
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,7	5,2	3,8	-	9,9	4,1	
CUSTO DO IMOBILIZADO							
Saldos em 31/12/2025	190.999	40.478	9.651	3.304	12.430	74	256.936
Adições	1.748	1.565	1.101	-	-	-	4.414
Baixas	-	(157)	-	-	-	-	(157)
Transferências	-	(3)	3	-	-	-	-
Saldos em 30/06/2026	<u>192.747</u>	<u>41.883</u>	<u>10.755</u>	<u>3.304</u>	<u>12.430</u>	<u>74</u>	<u>261.193</u>
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA							
Saldos em 31/12/2025	(141.309)	(25.884)	(7.385)	-	(9.689)	(11)	(184.278)
Adições	(7.385)	(1.077)	(194)	-	(617)	(2)	(9.275)
Saldos em 30/06/2026	<u>(148.694)</u>	<u>(26.961)</u>	<u>(7.579)</u>	<u>-</u>	<u>(10.306)</u>	<u>(13)</u>	<u>(193.553)</u>
IMOBILIZADO LÍQUIDO							
Em 30/06/2026	44.053	14.922	3.176	3.304	2.124	61	67.640
Em 31/12/2025	49.690	14.594	2.266	3.304	2.741	63	72.658

Em 30 de junho de 2026 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza.

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	4,8	(d)	
CUSTO DO INTANGÍVEL					
Saldos em 31/12/2025	4.773.020	161.540	14.244	50.980	4.999.784
Adições	84.229	72.964	1	11.721	168.915
Baixas	-	(87)	-	(4.384)	(4.471)
Transferências	(48.720)	48.720	-	-	-
Saldos em 30/06/2026	4.808.529	283.137	14.245	58.317	5.164.228
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
Saldos em 31/12/2025	(2.356.070)	-	(12.239)	(33.696)	(2.402.005)
Adições	(151.281)	-	(339)	(8.267)	(159.887)
Baixas	-	-	-	1.266	1.266
Saldos em 30/06/2026	(2.507.351)	-	(12.578)	(40.697)	(2.560.626)
INTANGÍVEL LÍQUIDO					
Saldos em 30/06/2026	2.301.178	283.137	1.667	17.620	2.603.602
Saldos em 31/12/2025	2.416.950	161.540	2.005	17.284	2.597.779

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de junho 2026, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação e levantamento de parâmetros de pavimentos, reabilitação de OAE, contenção de encostas, obras de desapropriação e infraestruturas das praças de pedágio, consultoria de apoio de obras especiais.
- (b) As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2026 foram de 6,35% a.a. (3,93% a.a. em 30 de junho de 2025).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de junho de 2026 referem-se a: reabilitação e intervenção atrelados ao pavimento e sinalização, interligação entre margem, contenção de encostas e projetos da nova pista.
- (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamento. As adições referem-se a novos contratos de locações de imóveis, veículos e licenciamento de *software*.

No período findo em 30 de junho de 2026, foram capitalizados R\$12.007 (R\$15.629 em 30 de junho de 2025) referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento.

Notas Explicativas**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO****11.1 Tributos diferidos**

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2025	Adições	Baixas	30/06/2026	30/06/2026
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	10.404	934	(47)	11.291	887
Provisão para manutenção	6.767	1.162	(1.174)	6.755	(12)
Acordo ANPC	6.917	4.578	-	11.495	4.578
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	19	92	(92)	19	-
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(6.556)	-	414	(6.142)	414
Juros capitalizados	(37.702)	(4.082)	651	(41.133)	(3.431)
Outros	328	52	(48)	332	4
IR e CS diferido - ativo/ (passivo)	(19.823)	2.736	(296)	(17.383)	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					2.440

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 30 de junho de 2026 R\$17.383 no passivo não circulante (R\$19.823 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025), e registrou crédito de R\$2.440 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período.

11.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período findo em 30 de junho de 2026 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	362.453	390.939
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(123.234)	(132.919)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(130)	(87)
Juros sobre capital próprio	5.607	5.088
Despesas indedutíveis	(7)	(3)
Incentivos fiscais (PAT)	396	372
Outros	14	(91)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(117.354)	(127.640)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(119.794)	(127.052)
Impostos diferidos	2.440	(588)
Taxa efetiva	32,4%	32,6%

Notas Explicativas

11.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período provisão IR/CS	70.875	20.880
Despesa IR/CS DRE	119.794	127.052
Total de IR/CS pagos	(134.496)	(88.980)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	56.173	58.952

12. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	3.240.381	2.612.669
Adições	-	1.394.957
Juros (Nota 21)	157.800	142.098
Variação monetária (Nota 21)	62.126	52.165
Amortização de custos com emissão (Nota 21)	3.467	4.529
Pagamento principal	-	(900.000)
Pagamento de juros	(164.943)	(104.243)
Saldo no fim do período	3.298.831	3.202.175
Circulante	103.808	97.650
Não circulante	3.195.023	3.104.525

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2027	-	(3.485)	(3.485)	-	(6.964)	(6.964)
2028	242.767	(6.828)	235.939	180.641	(6.828)	173.813
2029	114.100	(6.444)	107.656	114.100	(6.444)	107.656
2030	629.666	(5.626)	624.040	629.666	(5.626)	624.040
2031	841.567	(4.030)	837.537	841.567	(4.030)	837.537
Posteriores a 2031	1.395.767	(2.431)	1.393.336	1.395.767	(2.431)	1.393.336
	3.223.867	(28.844)	3.195.023	3.161.741	(32.323)	3.129.418

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia está adimplente com os referidos índices.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência

Notas Explicativas

das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo de arrendamento:	18.300	18.128
Circulante	11.532	11.760
Não circulante	6.768	6.368

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	18.128	12.785
Adições (Nota 10.d)	11.721	15.240
Baixas	(3.258)	-
Encargos financeiros (Nota 21)	916	1.133
Pagamento de principal	(8.291)	(5.272)
Pagamento de juros	(916)	(1.133)
Saldo no fim do período	18.300	22.753

Notas Explicativas
14. PARTES RELACIONADAS

Companhia	Natureza	Contrato			Montantes envolvidos								Outras Informações	
		Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Receita	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.[TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras Partes Relacionadas	28/05/2025	01/06/2027	52.629	15.351	-	32	Em até 45 dias	-	-	-	3.389	N/A	Devedor
Conc.Ecovias Raposo-Castello S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	14	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Conc.Rod.Ayrton Senna e Carv.Pinto S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	154	21	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Credor
Conc.Rod.Ayrton Senna e Carv.Pinto S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	6	10	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Conc.Rod.do Noroeste Paulista S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	21	19	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Credor
Conc.Rod.do Noroeste Paulista S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	6	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Consórcio Instalações SM/Sinelec Brasil Ltda. (a)	Outras Partes Relacionadas	27/03/2026	02/04/2031	30.539	19.350	-	1.630	Em até 45 dias	-	-	-	11.189	N/A	Devedor
Consórcio Instalações SM (a)	Outras Partes Relacionadas	06/01/2026	30/07/2026	1.402	387	-	185	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	757	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	5	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	09/09/2009	28/03/2034	9.115	4.747	40	-	Em até 45 dias	243	-	-	-	N/A	Credor
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	31/03/2025	31/01/2034	1.050.000	-	1.264.659	-	Em até 45 dias	88.131	-	-	-	N/A	Credor
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2025	30/04/2027	219.865	109.932	-	16.825	Em até 45 dias	-	51.299	56.209	2.425	N/A	Devedor
Itinera Construções Ltda.	Outras Partes Relacionadas	18/07/2025	31/07/2026	65	-	5	-	Em até 45 dias	32	-	-	-	N/A	Credor
Sinelec Brasil Ltda.	Outras Partes Relacionadas	23/07/2025	31/07/2026	43	-	4	-	Em até 45 dias	22	-	-	-	N/A	Credor
Total em 30 de junho de 2026						1.264.889	19.504			88.428	51.299	56.209	17.003	
Total em 31 de dezembro de 2025						784	19.669							
Total em 30 de junho de 2025										38.415	31.830	48.230	13.411	

Notas Explicativas

- (a) O Consórcio S&M formado pelas partes (i) Sinelec Brasil (70%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Marsao Automação Rodoviária (30%), que não possui participação direta ou indireta no Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a execução de obras e prestação de serviços do empreendimento e apresentação de propostas para futura execução de conforme necessidade da Controlada.

Além do item destacado acima em 30 de junho de 2026 não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2026 em R\$2.762 (R\$3.788 em 31 de dezembro de 2025) considerando os encargos sociais.

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2025	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2026
Constituição da provisão para manutenção	593.033	3.327	-	-	596.360
Efeito do valor presente sobre constituição	(109.849)	(844)	-	-	(110.693)
Realização da manutenção	(561.012)	-	(3.455)	-	(564.467)
Ajuste a valor presente – realizações	97.733	-	-	934	98.667
	<u>19.905</u>	<u>2.483</u>	<u>(3.455)</u>	<u>934</u>	<u>19.867</u>
Circulante	5.238				5.162
Não circulante	14.667				14.705

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

16.1 Outorga variável

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	2.562	2.256
Custo (Nota 20)	14.049	12.976
Pagamento do principal	(14.441)	(13.225)
Saldo no final do período	<u>2.170</u>	<u>2.007</u>

16.2 Outros compromissos relativos a concessão

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2026, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações

Notas Explicativas

contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão <u>30/06/2026</u>
<u>Natureza dos custos</u>	
Melhorias na infraestrutura	352.727
Conservação especial (manutenção)	389.350
Equipamentos	32.730
Total	<u>774.807</u>

17. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

17.1 Causas prováveis

	Cíveis (a)	Trabalhistas	Tributárias	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2026	28.847	3.153	204	32.204
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.234	1.460	(1)	3.693
(-) Pagamentos/baixas	(2.373)	(1.065)	(3)	(3.441)
(+/-) Atualização monetária	2.153	255	7	2.415
SalDOS em 30 de junho de 2026	<u>30.861</u>	<u>3.803</u>	<u>207</u>	<u>34.871</u>

(a) A variação no período refere-se principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

17.2 Causas possíveis

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	156.211	163.433
Trabalhistas	22.103	13.699
Tributários (a)	69.710	109.596
	<u>248.024</u>	<u>286.728</u>

(a) A principal variação do período refere-se ao cancelamento definitivo de auto de infração relativo à cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), acrescido de multa e juros, em decorrência do reconhecimento de equívoco na cobrança, bem como à reavaliação da contingência relacionada à execução fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social e reservas de capital

Para o período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia não apresentou movimentações de capital social e reservas de capital.

18.2 Reserva de lucros

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou o pagamento de R\$132.866 de dividendos que estavam classificados na rubrica Dividendos Adicionais Propostos do resultado do exercício de 2025.

Notas Explicativas**19. RECEITA LÍQUIDA**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	17.350	21.782	39.816	53.210
Pedágio por equipamento eletrônico	377.620	332.188	744.875	671.833
Pedágio por cartão débito, crédito e PIX	52.190	47.024	113.637	103.888
Outras	(145)	51	68	920
	<u>447.015</u>	<u>401.045</u>	<u>898.396</u>	<u>829.851</u>
Receita de construção (a)	84.448	76.825	145.186	124.950
Receitas acessórias	19.450	18.204	38.194	35.213
Receita bruta	<u>550.913</u>	<u>496.074</u>	<u>1.081.776</u>	<u>990.014</u>
Deduções da receita bruta	(40.798)	(36.408)	(81.780)	(75.074)
Receita líquida	<u>510.115</u>	<u>459.666</u>	<u>999.996</u>	<u>914.940</u>
<u>Deduções</u>				
COFINS (3%)	(14.000)	(12.577)	(28.105)	(25.952)
PIS (0,65%)	(3.033)	(2.725)	(6.089)	(5.623)
ISS (2% a 5%)	(23.222)	(20.833)	(46.598)	(43.002)
Abatimentos	(543)	(273)	(988)	(497)
	<u>(40.798)</u>	<u>(36.408)</u>	<u>(81.780)</u>	<u>(75.074)</u>

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos.

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal	12.916	14.030	26.436	26.455
Conservação e manutenção	9.340	10.120	16.877	20.209
Serviços de terceiros (a)	59.760	45.804	118.968	92.472
Seguros	1.684	1.480	3.375	2.960
Poder concedente (Nota 16)	6.997	6.289	14.049	12.976
Provisão para manutenção (Nota 15)	1.206	3.207	2.483	4.013
Custo de construção de obras	84.448	76.825	145.186	124.950
Depreciações e amortizações (Notas 9 e 10)	83.879	50.284	169.162	99.121
Locação de imóveis e máquinas	102	240	262	495
Outros custos e despesas operacionais	6.412	7.744	12.805	14.322
	<u>266.744</u>	<u>216.023</u>	<u>509.603</u>	<u>397.973</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	232.451	188.674	441.152	337.323
Despesas gerais e administrativas	34.293	27.349	68.451	60.650
	<u>266.744</u>	<u>216.023</u>	<u>509.603</u>	<u>397.973</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	3.000	3.443	7.003	31.505
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 8)	406	408	842	765
Juros ativos sobre debêntures privadas	44.323	38.182	88.131	38.182
Outras receitas financeiras	237	38	354	107
	<u>47.966</u>	<u>42.071</u>	<u>96.330</u>	<u>70.559</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 12)	(78.307)	(76.893)	(157.800)	(142.098)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 12)	(34.621)	(18.547)	(62.126)	(52.165)
Variação monetária e AVP - acordo não persecução cível	(3.887)	(3.162)	(6.706)	(7.254)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 12)	(1.734)	(1.721)	(3.467)	(4.529)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Nota 15)	(454)	(906)	(934)	(1.133)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 17)	(1.523)	(1.511)	(2.415)	(2.182)
Juros sobre arrendamentos – CPC06 (R2) (Nota 13)	(494)	(671)	(916)	(1.133)
Juros capitalizados	7.589	8.876	12.007	15.629
Outras	(647)	(709)	(2.102)	(1.877)
	<u>(114.078)</u>	<u>(95.244)</u>	<u>(224.459)</u>	<u>(196.742)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(66.112)</u>	<u>(53.173)</u>	<u>(128.129)</u>	<u>(126.183)</u>

Notas Explicativas

22. LUCRO POR AÇÃO

22.1 Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	245.099	263.299
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	262.452	262.452
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,93388</u>	<u>1,00323</u>

22.2 Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do lucro básico apresentado acima.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Índices de endividamento

	30/06/2026	31/12/2025
Dívida (a)	3.317.131	3.258.509
Disponibilidade (b)	(79.605)	(27.779)
Dívida líquida	3.237.526	3.230.730
Patrimônio líquido (c)	592.156	496.413
Índice de endividamento líquido	<u>5,47</u>	<u>6,51</u>

- (a) A dívida é definida como debêntures e passivo de arrendamento, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 12 e 13.
- (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, conforme detalhado na Nota 5.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2026 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo Contábil	Valor Justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	79.605	79.605
Clientes (b)	117.523	117.523
Aplicações financeiras (a)	56.987	56.987
Passivos:		
Fornecedores (b)	24.194	24.194
Fornecedor FDIC (b)	3.198	3.198
Debêntures (c)	3.298.831	3.391.642
Passivo de arrendamento (d)	18.300	20.136
Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo Contábil	Valor Justo
Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (e)	731	731

- (a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (b) Os saldos das rubricas “Clientes”, “Fornecedores” e “Fornecedores FIDC” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (c) As debêntures estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.
- (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores estatutários da Companhia (*Phantom Stock Options* e *Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR₃), registrados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

Gestão de riscos

A administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$59.342 (R\$62.939 em 31 de dezembro de 2025), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”. O fluxo de recebimento dos referidos valores ocorre em torno de 30 e 60 dias.

b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	317.296	386.438	462.185	4.252.876
Passivo de arrendamento	12.635	6.072	622	807
	<u>329.931</u>	<u>392.510</u>	<u>462.807</u>	<u>4.253.683</u>

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$319 (ativo circulante de R\$290.705 e passivo circulante de R\$291.024), principalmente decorrente de debêntures e provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI	15.027	18.784	22.541
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(277.055)	(321.597)	(365.339)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(148.942)	(150.195)	(151.450)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(410.970)</u>	<u>(453.008)</u>	<u>(494.248)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	13,90%	17,38%	20,85%
IPCA (b)	3,88%	4,85%	5,82%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Junho de 2026.

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

24.1 Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

24.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

24.3 Transações que não envolvem caixa

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	30/06/2026	30/06/2025
Direito de uso – CPC06 (R2) - Adições	11.721	15.240
Direito de uso – CPC06 (R2) - Baixas	(3.258)	-

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

26.1 Termo Aditivo Modificativo nº 24/2026 (pedágio eletrônico - free flow)

Em 22 de julho de 2026, a Companhia, assinou o Termo Aditivo Modificativo nº 24/2026 (“TAM nº 24/2026”) ao Contrato de Concessão Nº007/CR/1998 (“Contrato de Concessão”), que teve por objetivo formalizar a conversão das praças de pedágio de Piratininga – Rodovia dos Imigrantes, km 32 e Riacho Grande - Rodovia Anchieta, km 31, em pórticos de pedágio eletrônico (*free flow*), com previsão de início de operação a partir de 1º de agosto de 2026, dividindo igualmente a tarifa atual cobrada apenas no sentido litoral, para cobrança através dos novos pórticos nos sentidos norte e sul. O TAM formaliza também a inclusão dos investimentos necessários para a implantação do novo Comboio Dinâmico, projeto que substituirá a atual “Operação Comboio” nas situações de baixa visibilidade e condições de neblina intensa, diante da futura demolição das praças de pedágio tradicionais. As demais praças de pedágio da concessão continuarão operando na forma original.

Em 17 de julho de 2026, ainda antes da assinatura do referido termo aditivo, o Governo do Estado de São Paulo, através do despacho SEI nº 0114381680 da SPI – Secretaria de Parcerias e Investimentos, determinou à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado de São Paulo - e à Companhia, a adoção de providências cabíveis e necessárias, tais como cadastramento prévio e comprovação de residência, para a aplicação de isenção tarifária sobre os moradores da área denominada como “pós-balsa”, situada nas adjacências do distrito de Riacho Grande, no município de São Bernardo do Campo – SP, em função de impactos decorrentes da implantação do pórtico do sistema de pedágio eletrônico (*free flow*), previsto para operar no Km 29 da pista norte (sentido São Paulo), da Rodovia dos Imigrantes – SP 160 a partir do dia 1º de agosto, conforme mencionado acima. Além desta determinação, o mesmo ofício requereu manifestação sobre as providências técnicas e operacionais referentes ao futuro reposicionamento do ponto de cobrança para trecho situado após o Km 38 da Rodovia dos Imigrantes.

Em 27 de julho de 2026, em novo despacho emitido pela SPI, despacho SEI nº 0115230600, o Poder Concedente, no uso de suas atribuições, decidiu revisar parcialmente a decisão anteriormente tomada através do despacho SEI nº 0114381680, determinando ainda que o início de operação do pórtico do Sistema de Pedágio Eletrônico (*free flow*) esteja condicionado ao prévio reposicionamento do ponto de cobrança da pista norte para local após o Km 38 da Rodovia dos Imigrantes, deixando assim, de ser aplicável a solução transitória de isenção tarifária anteriormente prevista. Este despacho determinou ainda, que o equipamento atualmente previsto para o Km 29 deverá permanecer destinado exclusivamente para o

Notas Explicativas

monitoramento de tráfego, até que seja avaliada a conveniência de sua manutenção ou desativação.

Em nota divulgada à imprensa e publicada no mesmo dia, 27 de julho de 2026, a Companhia informou que em atendimento às determinações do poder concedente e ARTESP, que o início da operação do Pedágio Eletrônico, também conhecido como *free flow* ou Siga Fácil, no Sistema Anchieta-Imigrantes previsto inicialmente para início em 1º de agosto foi adiado e que a partir das novas diretrizes do poder concedente, a empresa está desenvolvendo os estudos técnicos para definir o melhor ponto para instalação do equipamento na pista sentido norte da SP-160. Concluída essa fase, serão iniciadas todas as providências necessárias para a implantação do novo pórtico. Comunicou também, que no momento em que houver a previsão de conclusão desses serviços, bem como a definição da nova data de início da operação, será feita ampla comunicação à imprensa, usuários e todos os órgãos envolvidos. Até lá, a cobrança continuará a ser realizada normalmente nas praças físicas de pedágio.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de julho de 2025, o qual não conteve nenhuma modificação. Os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 17 de março de 2026, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 30 de julho de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, bem como do relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e

Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

São Bernardo do Campo - SP, 30 de julho de 2026.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, bem como do relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e

Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

São Bernardo do Campo - SP, 30 de julho de 2026.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores